

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

90 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 12 a 19/7/2021):

1. APROVAÇÃO	O DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIADE PORTUGAL	1
2. MISSÃO MIL	ITAR DA UE EM CABO DELGADO	1
3. REUNIÃO D	A COSAC DE PRESIDENTES PRESIDÊNCIA ESLOVENA	1
4. CONSELHO	EXECUTIVO CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	3
5. COMISSÃO	PACTO ECOLÓGICO EUROPEU PACOTE LEGISLATIVOFIT FOR 55	3
6. COMISSÕES	PARLAMENTARES DO PE	3
	Prioridades da Presidência eslovena	3
	AFET - Rússia e China	4
	AFCO - Organismo de ética independente	4
	LIBE - Frontex	4
	ENVI - crises na área da saúde	4
	ITRE - governação de dados	4
7. BANCO CEN	TTRAL EUROPEU - VERSÃO DIGITAL DO EURO	4
8. COMISSÃO EUROPEIA OUTRAS INICIATIVAS E DECISÕES		5
	Estratégia para as florestas	5
	Declaração sobre o Tribunal Constitucional polaco	5
	Ação por incumprimento da Hungria e da Polónia Direitos fundamentais	5
9. REUNIÕES I	DO CONSELHO DA UE	6
	Eurogrupo	6
	Conselho dos Negócios Estrangeiros	6
	Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	6
	Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos	6
10. AGENDA D	A PRÓXIMA SEMANA	7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7



1. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIADE PORTUGAL

Demos nota, na síntese n.º 86, de que a Comissão Europeia havia adotado - no final de junho - uma avaliação positiva do plano de recuperação e resiliência de Portugal. A proposta de decisão do Conselho, disponível aqui, prevê a mobilização de 13,9 mil milhões de EUR em subvenções e 2,7 mil milhões de EUR em empréstimos a Portugal, ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). A ficha informativa sobre este plano está disponível aqui.

No passado dia 13 de julho, o Conselho de ministros da Economia e das Finanças da UE <u>adotou</u> o primeiro conjunto de decisões de execução do Conselho relativas à aprovação dos planos nacionais de recuperação e resiliência relativas a vários Estados-Membros: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Luxemburgo, <u>Portugal</u>, Eslováquia, Espanha e Irlanda (<u>a 16 de julho</u>). A adoção destas decisões de execução do Conselho permite aos Estados-Membros assinarem acordos de subvenção e de empréstimo que permitirão um pré-financiamento de até 13 %, o que representa cerca de <u>2,2 mil milhões</u> de EUR no caso de Portugal.

2. MISSÃO MILITAR DA UE EM CABO DELGADO

Na <u>Síntese n.º 89</u>, referimos que o Conselho da UE havia <u>aprovado</u> o **Conceito de Gestão de Crise** para uma <u>possível missão militar não executiva PCSD</u> (Política Comum de Segurança e Defesa) em <u>Moçambique</u>. No passado dia 12, o Conselho de Negócios Estrangeiros da UE adotou formalmente a decisão que cria uma <u>Missão de Formação Militar da UE em Moçambique</u> (EUTM Moçambique), com o objetivo de formar e apoiar as forças armadas moçambicanas na proteção da população civil e no restabelecimento da segurança na província de Cabo Delgado.

Recorde-se que esta decisão é a resposta da UE a um pedido das autoridades moçambicanas, formulado através de uma carta, datada de 3 de junho de 2021, do presidente de Moçambique, Filipe Nyusi. O mandato da missão terá uma duração inicial de <u>dois anos</u>, apoiando a criação de capacidades das unidades das forças armadas moçambicanas que farão parte de uma futura força de reação rápida.

O comando da missão EUTM Moçambique caberá ao vice-almirante Hervé Bléjean, diretor da Capacidade Militar de Planeamento e Condução (CMPC). O brigadeiro-general Nuno Lemos Pires, português, com mais de 38 anos de experiência em postos de comando, inclusive em missões internacionais, dirigirá a missão no terreno enquanto comandante da força.

3. REUNIÃO DA COSAC DE PRESIDENTES | PRESIDÊNCIA ESLOVENA

No âmbito da <u>dimensão parlamentar da Presidência eslovena do Conselho da UE</u>, teve lugar a 19 de julho, a **reunião dos Presidentes da COSAC** (Conferência de Comissões parlamentares para os assuntos da UE). A AR esteve representada pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, e os temas debatidos foram:

- Sessão I <u>Prioridades</u> da Presidência da Eslovénia do Conselho da União Europeia, com a presença de <u>Anže Logar</u>, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Eslovénia
- Sessão II <u>Cibersegurança na UE Reforçar a resiliência das infraestruturas críticas e defesa</u> <u>cibernética</u>, que teve como oradores <u>Thierry Breton</u>, Comissário Europeu para o Mercado Interno, <u>Matej Tonin</u>, Ministro da Defesa da República da Eslovénia, <u>Juhan Lepassaar</u>, Diretor Executivo da Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), e uma breve

1



intervenção de <u>Uroš Svete</u>, Diretor da Administração da Segurança da Informação da República da Eslovénia.

O Sr. Presidente da CAE interveio na sessão I, referindo que as prioridades da Presidência eslovena merecem concordância e estão alinhadas com o programa do <u>trio de Presidências</u> (Alemanha, Portugal, Eslovénia).

Acrescentou que, tendo em conta os recentes debates promovidos na AR sobre a Presidência eslovena (e.g. a audição da Embaixadora em Portugal, no passado dia 13/7, disponível aqui), onde foram manifestadas algumas preocupações com o Estado de direito e a concretização prática desta prioridade, interpelou o MNE esloveno no sentido de apresentar uma mensagem de conforto e que demonstre o empenho da Presidência nesta matéria.



Foto: Rok Torkar

Foi, ainda, aprovado o projeto de programa da LXVI reunião plenária da COSAC, agendada para os dias 28 a 30 de novembro, e que terá os seguintes painéis:

- Sessão I Resultados da Presidência eslovena
- Sessão II O futuro papel dos jovens no processo de tomada de decisão
- Sessão III Trabalhar para uma perspetiva europeia para os Balcãs Ocidentais
- Sessão IV Conferência sobre o Futuro da Europa

Finalmente, foi aprovado o sumário do 36.º relatório bianual da COSAC, sendo este e o respetivo questionário compostos por três capítulos:

- Capítulo I: A digitalização dos Parlamentos durante a transição digital e a pandemia
 COVID-19
- Capítulo II: O futuro papel dos jovens no processo de tomada de decisão
- Capítulo III: Conferência sobre o Futuro da Europa



4. CONSELHO EXECUTIVO | CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

No dia 19 de julho, teve lugar uma reunião do <u>Conselho Executivo desta Conferência</u>, em que a AR esteve representada pelo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, na sua capacidade de membro da troika da COSAC.

A agenda incluía os seguintes pontos:

- 1. Alteração do Regulamento da Conferência no que diz respeito à representação das autoridades locais, regionais e dos parceiros sociais no Plenário aprovação
- 2. Atualização das modalidades para a organização dos Painéis Europeus de Cidadãos atualização
- 3. Grupos de Trabalho do Plenário da Conferência ponto de situação
- 4. Plano de Comunicação Conjunto da Conferência ponto de situação

Após a reunião, foi divulgado um comunicado de imprensa com a síntese dos trabalhos, disponível aqui. Os painéis europeus de cidadãos iniciam-se em setembro.

5. COMISSÃO | PACTO ECOLÓGICO EUROPEU | PACOTE LEGISLATIVOFIT FOR 55

A Comissão Europeia <u>adotou</u> um pacote de propostas (Fit for 55) com o objetivo de tornar as políticas da UE em matéria de clima, energia, uso do solo, transportes e fiscalidade aptas para alcançar uma redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030, procurando tornar o <u>Pacto Ecológico Europeu</u> numa realidade e apresentando os instrumentos legislativos necessários para cumprir as metas acordadas na Lei Europeia do Clima - <u>Objetivo 55: cumprir as metas climáticas da UE fixadas para 2030</u>.

Do conjunto abrangente e interligado de propostas destaca-se: Sistema de Comércio de Licenças de Emissão, Regulamento Partilha de Esforços, Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas, Diretiva Energias Renováveis, Diretiva Eficiência Energética, Normas mais rigorosas em matéria de emissões de CO2 para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros, Regulamento Infraestrutura para Combustíveis Alternativos revisto, Iniciativa ReFuelEU Aviação, Iniciativa FuelEU Transportes Marítimos, revisão da Diretiva Tributação da Energia, mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras.

Propõe-se ainda um novo **Fundo Social para a Ação Climática** cujo objetivo é disponibilizar financiamento específico aos Estados-Membros, para que estes ajudem as pessoas a financiar investimentos em eficiência energética.

A Comissão preparou várias seções de perguntas e respostas sobre as iniciativas contidas no pacote de propostas, que podem ser consultadas <u>aqui</u>. Dada a importância transversal da matéria, o *Politico* criou também uma página noticiosa dedicada, disponível <u>aqui</u>.

6. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

Prioridades da Presidência eslovena

Disponibiliza-se um <u>sumário</u> da apresentação que a Presidência eslovena do Conselho da UE fez nas Comissões do PE.



AFET - Rússia e China

Na Comissão de Negócios Estrangeiros, foram debatidas as relações com a <u>Rússia</u> e a promoção da democracia, e foi aprovado o relatório sobre o <u>futuro das relações com a China</u>. Sobre este último aspeto, damos nota de uma Declaração do Alto-Representante Josep Borrell, sobre **ciber atividades maliciosas com origem no território chinês**, disponível <u>aqui</u>.

AFCO - Organismo de ética independente

Na Comissão de Assuntos Constitucionais, foi adotado o relatório sobre a <u>criação de um organismo</u> <u>de ética independente</u> da UE, com poderes próprios para iniciar investigações sobre possíveis conflitos de interesses ou casos de "*portas giratórias*" ("revolving door") de Deputados, Comissários ou funcionários.

LIBE - Frontex

O grupo de escrutínio do PE concluiu a investigação de 4 meses sobre as alegadas violações dos direitos fundamentais no trabalho da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex). O relatório com conclusões e recomendações, elaborado por Tineke STRIK (Greens), foi discutido na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. De acordo com o relatório, não foram encontradas "provas conclusivas sobre a execução direta de ações de repulsão e/ou expulsões colectivas" pela Frontex mas considera o grupo de escrutínio que a Agência desconsiderou relatórios que reportavam violações dos direitos fundamentais nas fronteiras de vários Estados-Membros e não agiu de forma vigilante e efetiva no âmbito destas violações nem preveniu ou reduziu o seu risco de incidência.

De acordo com o mandato do grupo, quaisquer conclusões sobre violações dos direitos fundamentais serão apresentadas numa resolução. A Frontex já se <u>pronunciou</u> também sobre este relatório.

ENVI - crises na área da saúde

Os deputados da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar debateram o aumento da capacidade da UE para antecipar e responder a crises na área da saúde, tendo adotado um projecto de posição negocial para um novo regulamento sobre o combate às ameaças graves transfronteiriças para a saúde. Foram discutidos neste âmbito o reforço da cooperação e transparência nas aquisições/concursos conjuntos, uma visão transversal da área da saúde e uma melhor representação das partes interessadas e envolvimento do Parlamento nas decisões nesta matéria.

ITRE - governação de dados

Na Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, os deputados <u>adotaram</u> uma posição relativamente ao <u>Regulamento Governação de Dados</u>, com o objetivo de **aumentar a confiança na partilha de dados**, criar novas regras da UE sobre a neutralidade dos mercados de dados e facilitar a reutilização de certos <u>dados na posse do setor público</u>, considerando que facilitar a partilha de dados é também uma condição prévia para desbloquear o potencial da Inteligência Artificial e ajudar as empresas a desenvolverem um ecossistema baseado nas normas e valores da UE.

7. BANCO CENTRAL EUROPEU - VERSÃO DIGITAL DO EURO

Depois de, na passada semana, ter publicado a sua <u>nova estratégia</u> de política monetária, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu, no dia 14 de julho, <u>lançar a fase de investigação de um projeto de euro digital</u>. Esta fase durará 24 meses e visa abordar questões fundamentais relacionadas com a conceção e a distribuição:



- i) um **euro digital** tem de <u>satisfazer as necessidades dos cidadãos europeus</u> e contribuir simultaneamente para prevenir atividades ilícitas e evitar qualquer impacto indesejável na estabilidade financeira e na política monetária.
- ii) Tal não prejudicará qualquer decisão futura sobre a possível emissão de um euro digital, a qual só será tomada mais tarde.
- iii) Um euro digital **complementaria** as notas e moedas de euro, não as substituiria.

Este projeto permitirá também identificar as alterações ao quadro legislativo da UE que poderão ser necessárias, sendo que o BCE continuará a dialogar com o PE e intensificará o <u>trabalho técnico</u> sobre um euro digital com a Comissão Europeia.

Finalmente, será avaliado o possível impacto de um euro digital no mercado, através da identificação de opções de conceção que permitam garantir a privacidade e evitar riscos para os cidadãos da área do euro, os intermediários e a economia em geral. Um grupo consultivo do mercado terá em conta os pontos de vista dos potenciais utilizadores e distribuidores sobre um euro digital durante a fase de investigação. A fase de investigação beneficiará do trabalho de experimentação realizado pelo BCE e pelos bancos centrais nacionais da área do euro ao longo dos últimos nove meses, que envolveu participantes do meio académico e do setor privado.

O alcance desta iniciativa é, igualmente, explicado e detalhado nesta <u>publicação de Fabio Panetta no</u> <u>Blogue do BCE</u>, bem como no <u>Relatório sobre um euro digital</u> e na <u>secção sobre um euro digital</u>

8. COMISSÃO EUROPEIA | OUTRAS INICIATIVAS E DECISÕES

Estratégia para as florestas

A Comissão <u>adotou</u> a <u>Nova Estratégia para as Florestas para 2030</u>, uma das principais iniciativas do <u>Pacto Ecológico Europeu</u> e da <u>Estratégia Europeia da Biodiversidade para 2030</u>. A estratégia contribui para a realização do <u>pacote de medidas</u> também adotado esta semana, já referido, e ajuda a UE a cumprir o seu compromisso de aumentar as remoções de carbono por sumidouros naturais, de acordo com a <u>Lei do Clima</u>.

Esta Estratégia, acompanhada de um <u>roteiro</u> específico, pretende assim proteger, restaurar e gerir as florestas de forma sustentável, estabelecendo ações concretas para aumentar a quantidade e a qualidade das florestas na UE e reforçar a sua resiliência, bem como assegurar a sua multifuncionalidade.

Declaração sobre o Tribunal Constitucional polaco

A Comissão deu nota, esta semana, da sua profunda <u>preocupação</u> com a **decisão do Tribunal Constitucional polaco**, que declara que as medidas provisórias ordenadas pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) no domínio do funcionamento do sistema judiciário são incompatíveis com a Constituição polaca. Considera-se, mesmo, que tal decisão reafirma a preocupação da Comissão com o Estado de direito na Polónia, reiterando-se, uma vez mais que

- O direito da UE tem primazia sobre o direito nacional;
- Todas as decisões do TJUE, incluindo as decisões de medidas provisórias, são vinculativas para as autoridades de todos os Estados-Membros e para os tribunais nacionais.

Ação por incumprimento da Hungria e da Polónia | Direitos fundamentais

A Comissão deu início, esta semana, a <u>procedimentos de infração contra a Hungria e a Polónia</u> relacionados com a igualdade e a proteção dos direitos fundamentais, consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia.



Relativamente à Hungria, os processos incluem a lei recentemente adotada, que, em particular, proíbe ou limita o acesso dos menores de 18 anos a conteúdos que promovam ou retratem as chamadas «divergências em relação à identidade pessoal correspondente ao sexo à nascença, a mudança de sexo ou a homossexualidade»; e a imposição de uma declaração de exoneração de responsabilidade num livro infantil com conteúdo LGBTIQ.

Em relação à Polónia, a Comissão considera que as autoridades polacas não responderam de forma completa e adequada às suas questões sobre a natureza e o impacto das resoluções sobre as chamadas «zonas livres de ideologia LGBT» adotadas por várias regiões e municípios polacos.

Os dois Estados-Membros dispõem agora de dois meses para responder às alegações apresentadas pela Comissão. Caso contrário, a Comissão poderá enviar-lhes um parecer fundamentado e, numa fase posterior, instaurar uma ação contra eles no Tribunal de Justiça da União Europeia.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

No seu <u>formato inclusivo</u>, os ministros das finanças trocaram opiniões sobre a dimensão internacional das políticas económicas e financeiras da <u>área do euro</u> com Janet Yellen, secretária do Tesouro dos Estados Unidos, e foi abordada a Cimeira do Euro de junho (nomeadamente no âmbito da <u>União Bancária</u>). No <u>formato habitual</u>, os ministros debateram a situação orçamental e as perspetivas da área do euro (<u>centradas em 2022</u>) e as potenciais implicações de um <u>euro digital</u> para os cidadãos, as empresas e a União Económica e Monetária no seu conjunto.

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Nesta <u>reunião</u>, o Conselho adotou uma decisão que cria uma <u>Missão de Formação Militar da UE em Moçambique</u> (EUTM Moçambique, cfr. Ponto 2 *supra*), realizou um primeiro debate sobre o impacto externo e geopolítico das novas tecnologias digitais e foram trocados pontos de vista sobre as <u>orientações estratégicas</u>. Os ministros discutiram ainda a situação na Etiópia (Tigré) e o impasse político do Líbano, tendo o alto representante anunciado um entendimento político quanto ao estabelecimento de um regime de sanções contra os responsáveis pela situação. O Conselho adotou conclusões sobre u<u>ma Europa globalmente conectada</u> e <u>as prioridades da UE na 76.ª Assembleia Geral das Nações Unidas</u>.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros <u>debateram</u> sobretudo a recuperação económica e, conforme referido no ponto 1 (supra), <u>adotaram o primeiro conjunto de decisões de execução do Conselho relativas à aprovação de doze planos nacionais de recuperação e resiliência</u>. Procederam ainda a uma troca de opiniões sobre o prosseguimento da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e aprovaram <u>conclusões sobre as apreciações aprofundadas de 2021</u> relativas a doze Estados-Membros no contexto do Semestre Europeu.

Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos

Os <u>ministros dos assuntos internos</u> discutiram o **combate ao crime na era digital**, principalmente no que respeita ao impacto dos ficheiros digitais no trabalho de investigação de crimes e das autoridades judiciais, tendo sido apresentado o regulamento já proposto sobre inteligência artificial e a assistência da UE aos Balcãs ocidentais no que se refere aos desafios da **migração**, assim como foi discutido o progresso das negociações sobre o novo **Pacto sobre Migração** e **Asilo**, a estratégia de



Schengen e as expetativas dos Estados-Membros relativamente à revisão do **Código das Fronteiras Schengen**.

Os <u>ministros da justiça</u> trocaram opiniões sobre a recente proposta de uma **Lei de Inteligência Artificial no âmbito da justiça** e o impacto das tecnologias nos direitos fundamentais, a **justiça amiga das crianças** como uma das áreas temáticas da nova estratégia da UE sobre os Direitos da Criança, bem como o **património digital**, identificando as questões mais urgentes relacionadas com as heranças digitais e as medidas que podem ser tomadas a nível europeu.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Retomará a sua atividade na <u>última semana</u> de agosto, com reuniões das Comissões.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>20 de julho</u>, destacando-se o *Relatório Anual de 2021 sobre o Estado de Direito*, o *Pacote legislativo anti-branqueamento de capitais*, a *Comunicação sobre a nova geração de recursos próprios* e a *Tributação Digital*.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 19.07: Conselho (Agricultura e Pescas); Reunião informal dos ministros responsáveis pela competitividade (investigação)
- 20.07: Reunião informal dos ministros do Ambiente, 20-21 de julho de 2021
- 22.07: Reunião informal dos ministros responsáveis pela competitividade (mercado interno e indústria); Reunião informal dos ministros dos Assuntos Europeus, 22-23 de julho de 2021

Bruxelas | 19 de julho de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

e Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.